



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**MEMÓRIA E JORNALISMO NO FACEBOOK**  
**A dupla ressignificação dos editoriais de O Globo e Folha de S.**  
**Paulo sobre a Ditadura Militar no Brasil**

**EDUARDO JAMNIK FRUMENTO**

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**MEMÓRIA E JORNALISMO NO FACEBOOK**  
**A dupla ressignificação dos editoriais de O Globo e Folha de S.**  
**Paulo sobre a Ditadura Militar no Brasil**

Monografia submetida à Banca de Graduação como  
requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo.

**EDUARDO JAMNIK FRUMENTO**

**Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro**

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **MEMÓRIA E JORNALISMO NO FACEBOOK: A dupla ressignificação dos editoriais de O Globo e Folha de S. Paulo sobre a Ditadura Militar no Brasil**, elaborada por Eduardo Jamnik Frumento.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dra. Marialva Carlos Barbosa  
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Gabriela Nóra Pacheco Latini  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

FRUMENTO, Eduardo Jamnik.

MEMÓRIA E JORNALISMO NO FACEBOOK: A dupla  
ressignificação dos editoriais de O Globo e Folha de S. Paulo sobre a  
Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro, 2016.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação  
– ECO.

Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro

FRUMENTO, Eduardo Jamnik. **MEMÓRIA E JORNALISMO NO FACEBOOK: A dupla ressignificação dos editoriais de O Globo e Folha de S. Paulo sobre a Ditadura Militar no Brasil.** Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## RESUMO

Este trabalho investiga como o jornalismo e as redes sociais estão diretamente relacionadas em uma sociedade que vive um *boom* de memória. Os jornais Folha de S. Paulo e O Globo cientes deste entrelaçamento entre a imprensa e a memória rememoraram quase cinquenta anos depois sua participação na Ditadura Militar, que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Estes jornais foram parte importante no processo de manutenção dos militares no poder, mas hoje são vítimas da memória do grande público que ainda os associa aos militares. Tentando recontar parte do passado, os jornais lançaram mão de editoriais que reconhecem o erro em apoiar o Golpe, mas não contavam com a repercussão das redes sociais e as novas configurações da memória neste meio digital. Essas discussões levaram a uma dupla ressignificação da memória, em que embora os impressos e os grande grupos buscassem recontar parte do seu passado foram confrontados pelos usuários das redes sociais de suas reais intenções com este processo.

## **AGRADECIMENTO**

À Deus por me proteger e guiar neste anos de vida, em especial aqueles que passei no Rio de Janeiro.

Aos meus pais por proporcionarem a chance de fazer o curso escolhido por mim, sem cobranças adicionais e muito apoio.

Ao meu irmão e meus familiares que me deram forças nos momentos de saudade.

Aos amigos que fiz nesta universidade e que continuarão uma trajetória brilhante no jornalismo, com certeza.

Ao Igor Sacramento por ter me escolhido como bolsista de Iniciação Científica e ter me mostrando um caminho para ser um jornalista pesquisador

À Escola de Comunicação da UFRJ, por ter me mostrado um novo mundo, pela experiência teórica e o pensamento crítico de uma comunicação em constante mudança e ebulição.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. MEMÓRIA E JORNALISMO .....	7
2.1 O processo de construção da memória coletiva .....	8
2.2 A memória coletiva da Ditadura no Brasil .....	11
2.3 O esquecimento como processo de memória no jornalismo .....	14
3. EDITORIAIS 50 ANOS DEPOIS .....	18
3.1 Textos e contextos: o que disseram O Globo e Folha em 1964 .....	19
3.2 Ressignificação editorial de O Globo .....	22
3.3 Ressignificação editorial da Folha de S. Paulo .....	24
3.4 Editoriais de vozes similares .....	26
4. O FACEBOOK, A MEMÓRIA E SEU ESPAÇO DE DISCUSSÃO .....	29
4.1 O Facebook de O Globo .....	31
4.2 O Facebook da Folha .....	33
4.3 Contrapontos hegemônicos .....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	37
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	41

## 1. INTRODUÇÃO

Um dos princípios do jornalismo é repercutir acontecimentos datados e que possam se tornar alvo de matérias históricas e de resgate de uma memória mesmo que recente. Assim, são comuns publicações trazerem nas manchetes a repercussão dos dez anos deste ou daquele acontecimento. As datas fechadas são pratos cheios para reportagens. Dentro das redações há profissionais responsáveis só por montar calendários com os principais eventos e marcos que serão rememorados no ano. Eventos comemorativos são programados e realizados em cima das possibilidades de transmissão multimídia. Assim foi no aniversário de uma década da tragédia dos ataques às torres gêmeas em Nova York. Ato foram programados para serem televisionados, narrados e descritos para todo o mundo dando um maior alcance a memória da tragédia.

Conhecidas como efemérides, essas são ocasiões oportunas para debater assuntos que, mesmo não gratos, merecem ser lembrados e discutidos. Assuntos que merecem ser memorizados em um ambiente de fluxos de informações constantes, mas que conquistam um local de representação e de fala pertinentes. Em 2014 completou-se o cinquentenário do Golpe Militar que colocou o Brasil sob uma Ditadura que durou 21 anos (1964-1985). A ocasião teve ampla repercussão midiática, não apenas pelo marco histórico em si, mas também pelos múltiplos desdobramentos desse evento no presente: o fato da presidente Dilma Rousseff ser ex-presa e perseguida política da ditadura; a investigação da Comissão Nacional da Verdade sobre as violações aos Direitos Humanos por parte de agentes do Estado ocorridas no período do Regime Militar; as manifestações de junho de 2013, além de um quadro de acirramento das disputas políticas no país. As efemérides mais que obrigações para redações são momentos de análise e busca por novas narrativas para assuntos até certo ponto são antigos, mas que podem ser resgatados e rememorados para os leitores, espectadores, ouvintes e internautas.

A atuação da imprensa no golpe de 1964 é ainda um importante objeto de pesquisa. A passagem do tempo abre novas perspectivas, tanto do ponto de vista histórico quanto comunicacional, especialmente sobre veículos que testemunharam os fatos à época e seguem ativos e influentes meio século depois, como é o caso do jornal Folha de S. Paulo e do jornal O Globo.

Diversos e qualificados estudos já demonstraram a adesão da grande imprensa brasileira, inclusive de ambos os impressos aqui citados, ao movimento que destituiu o



presidente João Goulart. O autor Machado da Silva (2014) sugere que o golpe de 1964 foi midiático-civil-militar. Apesar da memória institucional e dos próprios jornalistas tentarem consolidar uma visão contrária ou, no mínimo, amenizada, o fato é que a grande imprensa brasileira disse sim ao golpe, como demonstra a pesquisa de Machado da Silva (2014), Barbosa (2007), Kushnir (2012), entre outros. Esse fato incômodo faz com que 50 anos depois do golpe o posicionamento dos jornais seja marcado por um tom de justificativa, acalentado por um olhar peculiar do presente em relação ao passado e da atualização de recursos narrativos operados em 1964. Assim, nosso objetivo neste trabalho é analisar o papel da memória no processo de construção dos editoriais que reconheceram como errado o apoio editorial dado ao Governo Militar e ainda suas repercussões na internet, em especial no Facebook, rede social de maior alcance no Brasil e que conta com páginas exclusivas das duas publicações aqui estudadas. Os recortes das narrativas sobre o golpe de 1964 e sua releitura pelos usuários de redes sociais, traz uma nova perspectiva do passado não apenas jornalisticamente no sentido da cobertura diária de acontecimentos, mas de uma narrativa ancorada no presente. Os usuários das redes sociais reatualizam e ressignificam as memórias e discutem esta memória exposta pelos grandes jornais, deixando em suspense a real intenção dos veículos quando reconheceram como um erro a decisão de apoiar a deposição de João Goulart.

A narrativa jornalística está ancorada em uma narrativa do cotidiano, mediadora das ações no tempo, organizadora da experiência entre o passado, o presente e o futuro: “O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é, ao mesmo tempo, linguística e temporal” (MOTTA, 2005, p. 9). Nesse sentido, o texto é ponto de partida, mas não perdemos de vista o fato de que ele só produz sentidos na relação com atores históricos e humanos com o contexto.

O texto e suas significações são apenas os nexos entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o ato de interpretar (atos de alguém, de algum sujeito). São apenas a forma que assume a relação entre atores humanos históricos. Concebemos a análise da narrativa como caminho rumo ao significado porque o significado é uma relação, não há significado sem algum tipo de troca (MOTTA, 2005, p. 3).

A dimensão do público leitor é um fator inseparável da origem dos jornais: por maiores que sejam as ambições empresariais, um jornal não se constitui sem dialogar com o público em uma perspectiva ampla, desde os leitores comuns, passando pelos grupos políticos, econômicos e o governo.

Em tempos de redes sociais, a opinião do público é pública. Esta mudança então cria um novo campo de diálogo para os jornais e consequentemente os seus leitores. Antes restritas a seção de cartas do leitor dentro dos jornais, as vozes do consumidor foram amplificadas no mundo digital. O discurso das publicações já não é mais simplesmente recebido sem análise do público, ele é interpretado, reinterpretado e exposto nas páginas pessoais na internet.

Com isso, entrou em discussão a possibilidade de contestação da memória preservada e disseminada pelos meios de comunicação. A imprensa como um lugar de memória pegou para a si a possibilidade de administrar a memória e a lembrança usando dos processos de esquecimentos que antes poderiam passar despercebidos. A possibilidade de interação, em tempo real, entre o público e o enunciador mudou a lógica da comunicação. Com a memória não seria diferente.

Em uma sociedade que vive imersa na memória e no recontar o passado, as redes sociais influenciam os processos mnemônicos. O Facebook, com sua abrangência e espaço público de disputa de versões de memória cria um ambiente propício para a discussão da memória em meio ao ambiente online. É justamente esse entrelaçamento da memória com o campo das mídias sociais digitais que precisa ser observado para entender a memória é influenciada e ganha novas possibilidades e significações com sua exposição na internet, como pontua Andreas Huyssen. No jornalismo, já há tempos a imprensa bebe na fonte desse *boom* de relembrar o passado. Exercendo papel importante na construção de identidade e memórias, os veículos de massa agora disputam com o digital seu papel nestes processos.

Quaisquer que tenham sido as causas sociais e políticas do crescimento explosivo da memória nas suas várias subtramas, geografias e setorializações, uma coisa é certa: não podemos discutir memória pessoal, geracional ou pública sem considerar a enorme influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as formas de memória. Portanto, não é mais possível, por exemplo, pensar no Holocausto ou em outro trauma histórico como uma questão ética e política séria, sem levar em conta os múltiplos modos em que ele está agora ligado à mercantilização e à espetacularização ... (HUYSEN, 2000, p. 20-21)

As redes sociais ainda acentuam, como visto, processos de mercantilização e espetacularização da memória, visto que a busca por acessos aos sites e redes sociais é levado em conta quando da publicação de um conteúdo.

A tentativa de recontar e voltar atrás nas decisões editoriais que por muito tempo se fizeram presente nas redações da Folha e d'O Globo se concretizaram nas proximidades

das lembranças pelos cinquenta anos do Golpe Militar no Brasil, em 1964. Editoriais foram publicados reconhecendo como inadequado o apoio aos militares. Entre as principais causas para se reconhecer o erro foi apontado o tempo de amadurecimento destas ideias. Ou seja, foram necessários quase meio século para que estes jornais fizessem uma autocrítica sobre suas coberturas dos tempos de chumbo.

Neste período, é claro, muitos jornalistas já reconheciam que haviam interesses comerciais para a manutenção do apoio aos militares no poder. Foi justamente nesta época que a imprensa brasileira conseguiu crescer e se modernizar como um produto viável e facilitador de uma integração nacional até então nunca antes completamente experimentado. Mas, como pontua Lopes (2007) “muitas vezes os jornalistas cultivam suas memórias ligando-as a posições ideológicas hegemônicas. ”, assim apenas depois do reconhecimento das empresas é que parte da memória coletiva é revista e reinterpretada. Dito isso, é importante destacar que jornalistas não estão isentos de pressões editoriais de seus empregadores, por isso, um reconhecimento individual e pessoal de um jornalista sobre o equívoco que foi apoiar a Ditadura é um movimento muito fraco em detrimento das vozes e importância conferida aos jornais.

As redes sociais alteraram os sentidos pretendidos pelos editoriais publicados em pompa e circunstância pelos jornais. Este processo é reflexo de uma rede digital atuante e poderosa que desafia os locais de fala antes restritos aos grandes veículos. Porém, a falta de um sistema confiável de armazenamento da memória *online* é um empecilho para a afirmação das redes sociais como guardiãs do passado. O fluxo e volatilidade das redes, que indisponibilizam o resgate da memória é um calcanhar de Aquiles para o processo em andamento de concentração da memória nas redes.

Neste trabalho se buscou entender como então os editoriais publicados em 2013 e 2014, por O Globo e Folha, respectivamente, por si só representam uma tentativa de recontar parte do passado e, assim, já promovem mudanças nas memórias contatadas pelos grandes meios. Porém, ao analisar as redes sociais destas publicações se observa um processo de resignificação deste processo empenhado pelos jornais, visto que no mundo digital muito se questionou sobre as reais intenções das organizações de imprensa por de trás deste pedido de desculpas.

Para começar a expor estes caminhos delimitamos conceitos de memória e seu entrelaçamento com o jornalismo que serão explicados com base em teóricos da

comunicação que trazem importantes observações sobre o tema como: Jacques Le Goff, Barbie Zelizer, Ana Paula Goulart Ribeiro, Andreas Huyssen, entre outros.

Partindo desta conceituação de memória falaremos sobre a construção da memória coletiva e de que maneira ela está inserida nas redes sociais. Este processo de memória no mundo digital ganha um contorno ainda maior quando analisamos as postagens feitas nas páginas dos jornais Folha e O Globo sobre temas que rememoram a Ditadura Militar. Para isso partimos de uma análise dos editoriais lançados recentemente com o reconhecimento dos veículos de que apoiar o governo militar foi um erro. Porém, destaca-se que os jornais não apenas pontuaram que erraram, mas afirmaram que só conseguiram reconhecer o erro depois de um longo período de análise sobre suas decisões tomadas anteriormente. O Globo e Folha ainda pontuam que nem todo o processo do Golpe foi ruim, por isso, também não conseguiram antes avaliar e entender como um erro o apoio editorial.

Para compreender e entender o momento em que os pedidos de desculpa são publicados consideramos ainda os contextos em que os jornais e a sociedade brasileira se encontrava no momento em que os impressos declaram apoio aos militares e, depois, quais as ocasiões envolvidas no período da publicação dos editoriais quase cinquenta anos depois do Golpe. Na Folha de S. Paulo, o processo é ainda mais complexo e leva em consideração um editorial publicado em 2009, em que o jornal classificava o período dos militares no poder como uma ditabranda, uma vez, que de acordo com os editorialistas, o número de mortos no Brasil foi menor do que em outros países da América Latina. Para esta análise e entender o contexto histórico destas mudanças usamos as pesquisas de Marialva Barbosa, sobre o contexto da imprensa brasileira na época da Ditadura, e André Bonsanto Dias, para refletir as mudanças e os processos empreendidos pela Folha na tentativa de apagar parte da memória do passado que liga o impresso aos militares.

Para terminar separamos e analisamos duas postagens feitas pelos jornais, uma de cada, rememorando o assunto aqui em discussão que são os editoriais sobre a ditadura. Embora as publicações no Facebook, rede social escolhida para a análise, não tenham disponibilizado a íntegra dos editoriais, ambos os veículos fazem menção e tentam, também nas mídias sociais, lembrar o passado. Com isso, acaba por se suscitar o debate entre os usuários da rede que, por si só, chegam a outras conclusões e considerações pertinentes ao tema.

Este processo de análise das postagens na rede social, em contraponto com o que foi exposto nos editoriais, confirma um processo de ressignificação da memória e aponta

para um deslocamento do entendimento da supremacia da imprensa como um todo na manipulação da memória. A rede social permite uma quebra na memória coletiva como um objeto de poder usado pela imprensa, como pontua Le Goff no capítulo de “Memória” do livro História e memória (1990), essas observações veremos de maneira mais aprofundada e explicada adiante.

Este trabalho se justifica em momento de efervescência da memória como ficará exposto. A discussão e debate da memória na sociedade atual e a possibilidade de aumentar o alcance das opiniões do público por meio das redes sociais permite novas formas de se pensar e recontextualizar a memória. O que ficará demonstrado neste trabalho é que existem novas formas de pensar a memória e que a individualidade ganha cor nas redes que buscam uma maior participação nos processos de construção de memória.

Foram muitos os debates no momento do cinquentenário do Golpe, em 2014, sobre a memória e como estava sendo contado o passado pela imprensa. Porém, ainda continuam vigentes e necessitam de aprofundamento parte das discussões iniciadas então, por isso, este trabalho se coloca como mais um espaço para as muitas lembranças possíveis a partir dos processos de memória colocados em prática nas proximidades dos cinquenta anos do Golpe pelos meios de comunicação brasileiros.

## 2. MEMÓRIA E JORNALISMO

A memória e o jornalismo caminham juntos há anos. Ainda maior é o entrelaçamento entre a imprensa e a memória coletiva construída através de narrativas dos acontecimentos dos jornais. O conceito de memória aqui trabalhado leva em consideração os estudos contidos no capítulo Memória, do livro História e Memória, de Jacques Le Goff (1990). O pesquisador aponta que esta memória é constituída por comportamentos narrativos que se caracterizam pela sua função social. Assim, há uma aproximação entre a linguagem e a memória. Traçando um paralelo histórico sobre a memória, o teórico retrata diferentes fases da memória. Antes a memória se reproduzia de maneira falada e um simples caso de amnésia de em determinado membro de uma sociedade mnemônica colocava em risco as tradições de determinada sociedade.

Porém, com o passar das gerações e o advento da escrita, a memória também passou a ser conservada de maneira escrita. De acordo com Le Goff esta mudança significou uma domesticação do pensamento selvagem vigente até então. Com a escrita como ferramenta, a memória passa a ser armazenada e com a transmissão da mesma chegamos ao estágio atual que possibilita uma reconfiguração da memória nas redes sociais por meio da interação entre os usuários.

A possibilidade de armazenamento da memória em bibliotecas e, mais recentemente, em dispositivos eletrônicos também altera a recepção da memória para Le Goff. O teórico ainda destaca a importância da imprensa no processo de construção da memória coletiva como veremos neste capítulo.

A aceitação da imprensa como guardião da memória, como acontece neste trabalho, entende ainda que os jornais aqui trabalhados disponham de um poder de manipulação em suas mãos. Este entendimento encontra lastro nos estudos de Le Goff:

(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426)

A síntese deste segundo capítulo está na discussão de uma construção de memória coletiva e a interferência que a mesma sofre em decorrência dos fluxos de informação presentes no jornalismo atual. O jornalismo com um papel de contador de histórias tem em

uma de suas facetas a centralização de um papel de construção de memórias e de lembranças. No entanto, a imprensa ao fazer uso dessa possibilidade de manuseio do processo construtivo de memória faz uso de técnicas de esquecimento e apagamento da mesma.

Neste capítulo traremos exemplos da construção mnemônica por meio da imprensa, discutiremos a manipulação da memória por parte da imprensa e também pontuaremos situações que mostram como o apagamento de memórias da Ditadura Militar se fizeram presentes e ainda estão em vigor na sociedade brasileira. Parte dos autores aqui citados serão Ana Paula Goulart Ribeiro, Andre Bonsanto Dias, Andreas Huyssen, Barbie Zelizer, entre outros.

## **2.1 O processo de construção da memória coletiva**

No passado, era tradição guardar a capa do jornal dos dias que marcavam um grande acontecimento nas vidas pessoais. Assim, pais guardavam os jornais impressos do dia em que seus filhos nasceram, o jornal do dia do casamento, da primeira comunhão, a conquista da aprovação no vestibular e assim por diante. Essa prática prevaleceu durante muito tempo. Com o advento da internet e a derrocada da mídia impressa, a tradição do papel se trasladou para as redes sociais, mas permaneceu a necessidade de se manter fragmentos de memórias dos acontecimentos pessoais. O Facebook, por exemplo, escolhe datas que avalia importante para lembrar ao usuário. Assim, criou uma ferramenta chamada *moments*. O funcionamento é simples, toda ação que ganhou repercussão entre as postagens do internauta nos anos anteriores é lembrada mais para frente. Esta também é a lógica seguida pela rede social ao criar um perfil dos usuários como uma linha do tempo. Desta maneira, conserva momentos e cria lembranças das memórias daqueles que são cadastrados na rede de maneira cronológica.

Tais como as fotografias eternizam momentos passados, a lembrança em papel e mais recentemente nas redes sociais eterniza momentos. Desde 2012, quando lançou seu portal de memória e acervo, o jornal Folha de S. Paulo permite o compartilhamento no Facebook das capas publicadas no dia do nascimento do leitor.<sup>1</sup> O aplicativo funciona de maneira paralela a rede social. Com os dados do usuário, o aplicativo seleciona a capa do dia do nascimento e permite ainda que os usuários escrevam uma mensagem antes de

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/50613/aplicativo+da+folha+no+facebook+junta+capas+do+jornal+desde+sua+fundacao>, acessado pela última vez em 26 de novembro de 2016.

compartilhar a capa do grande dia. O mesmo jornal também permite a impressão e a compra da capa do jornal de determinado dia, assim como disponibiliza a cada ano o lançamento de um livro contendo as primeiras páginas mais icônicas desde o ano de fundação do impresso.

Ações como estas, colocadas em prática pela Folha de S. Paulo, indicam a importância da memória nos dias atuais e pontuam o papel da imprensa como um centro de memória. Inserida também no meio virtual, o papel de guardião da memória dos jornais impressos parece se transferir para a internet. Atualmente, está em curso o processo de digitalização de jornais pela Biblioteca Nacional, a Hemeroteca Digital Brasileira já permite consultas ao seu vasto acervo. Além de ações governamentais de preservação de acervos, jornais empresariais tais como Estadão, Folha e Globo, além da rádio CBN e da TV Globo, investem em setores de memória e arquivamento dentro de suas organizações. Esse processo, portanto, evidencia um dos papéis que se tornou primário para a imprensa, em especial dos meios impressos, mas não só, o de uma manutenção e resgate da história e da memória.

Esse conservar da memória do presente e sua reconfiguração mais adiante mostra quão importante é o sistema de arquivamento elaborado pelos veículos de comunicação. Aqui cabe pontuar que por si só o processo de arquivar a memória é uma técnica de construção mnemônica coletiva. Os jornais, embora ostentem em parte opiniões e visões de mundo influenciada pela direção editorial das redações, são um conglomerado de memórias e lembranças individuais que se constroem na narrativa dos textos publicados e se perpetua por meio do entendimento daqueles que são atingidos por esse conteúdo.

O entrelaçamento de ações de memória proposto por jornais impressos com as redes sociais pôde ser visto com a morte de Fidel Castro. Na página do Facebook do jornal O Estado de S. Paulo, no dia 26 de novembro de 2016, algumas horas depois da confirmação da morte do líder da Revolução Cubana, foi postado um vídeo com imagens do arquivo do jornal, em especial de uma edição datada de maio de 1959, ano da Revolução Cubana, quando Fidel foi entrevistado por um jornalista do Estadão. O repórter que conduz o vídeo anuncia logo no início: “Vamos olhar como o Estadão anunciou a Revolução Cubana em seu início.”. Este é justamente um dos aspectos que demonstram a importância dos acervos. Apenas com o arquivamento e resgate destas edições passadas é possível analisar e contrapor os discursos jornalísticos e até certo ponto reconhecer fatos



históricos que passaram<sup>2</sup>. Há de se destacar que os registros do acervo também estavam na edição impressa do dia 27 de novembro de 2016 do Estadão, porém a instantaneidade da internet aumentou o poder de alcance deste acervo e de um processo de construção de memória muito inerente em ocasiões de morte de grandes figuras públicas. Tal iniciativa, no entanto, revela mais uma característica da memória nas redes sociais. A mesma não é armazenada e, assim, caso em alguma ocasião a rede social venha a ser descontinuada toda a discussão ali desenrolada será perdida.

Tentativas de armazenar o conteúdo digital já estão em curso, tal como a medida da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, uma das mais importantes do mundo, que desde 2010 guarda todas as postagens realizadas no Twitter, uma rede de microblogs pessoais que permite o compartilhamento de mensagens de até 140 caracteres. Desde o início do século XXI, a mesma também armazena as informações contidas em diferentes sites e disponibiliza para pesquisa para aqueles que desejarem.<sup>3</sup> Tal medida busca em parte criar um acervo físico dos fragmentos imersos na grandiosidade da internet. A multiplicação das redes sociais e páginas na internet dificultam esse trabalho e coloca novos desafios no ambiente da memória.

Vivemos em uma cultura contemporânea obcecada pela memória (HUYSSSEN In BRAGANÇA & MOREIRA, 2005, p. 22 e 23), em que a mesma é considerada “crucial para a coesão social e cultural de uma sociedade” dependente da memória para a construção de sua identidade. Neste processo, no entanto, não se pode deixar de lado a importância dos esquecimentos e silenciamentos como constituintes da memória.

No processo histórico, o jornal se tornou um grande ponto de referência e de pesquisa para aqueles que desejam conhecer mais dos acontecimentos passados. A mídia como testemunha ocular da história acaba por impor aos historiadores um modo de recordação do passado, tornando os meios de comunicação mais um dos objetos em análises nas pesquisas históricas (RIBEIRO In HERSCHMANN & PEREIRA, 2005, p.113). Isto posto, é importante destacar que a História como contada nos dias de hoje e seus ensinamentos em escolas mundo a fora também está inserida no processo de construção e constituição da memória.

A História, no entanto, não exerceu o papel central na constituição e na formalização da memória oficial simplesmente por estar próxima ao

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivoestadao/videos/1172943116075042/>, acessado pela última vez em 27 de novembro de 2016.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1569613-6174,00.html>, acessado pela última vez em 26 de novembro de 2016.

poder; ocupou esse papel, sobretudo, porque sempre se apresentou (e conseguiu se legitimar) como o principal discurso semantizador das ações e transformações da realidade social. Acreditamos, no entanto, que a História foi perdendo esse papel central na construção da memória oficial com a inserção das tecnologias de comunicação no tecido das sociedades industriais. (RIBEIRO In HERSCHMANN & PEREIRA, 2005, p. 114 e 115)

O conceito de memória trabalhado aqui leva em conta o processo de construção de uma memória coletiva, social e política, que ocorre por importante mediação da imprensa. Esse processo de construção de uma memória coletiva passa por transformações no processo de migração dos jornais para os meios digitais. No entanto, ao contrário do que muitos pensam tal processo de migração consolidou e fortaleceu o papel da imprensa como guardiã da memória. Com os principais jornais, rádios e redes de televisão presentes no mundo digital com sites próprios para expansão de seu conteúdo e ainda a presença nas redes sociais em páginas próprias mostra um fator importante da internet, a mesma permite diferentes formas de mediação do conteúdo produzido e o público receptor.

No Brasil, o processo de construção de uma memória coletiva por meio da imprensa é ainda mais evidente com a importância que a mídia tem no processo de construção de uma identidade nacional e na manutenção de um monopólio dos meios de comunicação. Ter sob seu poder os processos construtivos da memória faz com que a imprensa mantenha sua importância e permite que se tente em parte recontar o passado. Este ponto ficará muito evidente a partir do momento em que trabalharmos os editoriais apresentados pela Folha de S. Paulo e O Globo quase 50 anos após o Golpe Militar de 1964, em que justificam as escolhas editoriais do passado, mas que mesmo depois do reconhecimento de apoio ao Regime Militar continua presente no imaginário das ruas e também das redes sociais.

## **2.2 A memória coletiva da Ditadura no Brasil**

O Brasil passou pelos anos de chumbo com poucas críticas ao avanço dos militares nas páginas destes jornais destacados. Pelo menos nos primeiros anos dos militares no poder. O apoio editorial as Forças Armadas no período manchou a imagem destes impressos por muito tempo e ainda estão presentes no imaginário popular. O processo de construção das memórias coletivas leva em consideração as memórias individuais, como teoriza Halbwachs (2006). Por isso, como veremos adiante, eventos semelhantes permitem significações diferentes como é o caso dos editoriais que aqui serão analisados.

Porém, é evidente que a Ditadura Militar, com a falta de críticas consistentes por parte da imprensa conseguiu em parte conservar uma memória propícia sobre suas supostas conquistas como aquelas conquistadas no plano econômico. Assim, até hoje aparecem em manchetes aqueles chamados de viúvas da ditadura, que defendem a volta dos militares ao poder executivo central. Ao mesmo tempo, um processo mais recente que expõe as arbitrariedades cometidas com os presos políticos e o clima de apreensão entre estudantes universitários e políticos contrários ao regime autoritário levaram a uma construção de memórias negativas para os militares. Na efervescência política por qual passa o Brasil na primeira metade da primeira década do século XXI estes diferentes pólos de memória estão intrinsecamente ligados a movimentos políticos de direita e esquerda.

O jornal O Globo, inserido dentro do atual Grupo Globo, por muito tempo e ainda hoje é cobrado pelo o apoio ao Golpe. A lembrança do alinhamento editorial do jornal da família Marinho virou grito de ordem nas manifestações públicas recentes que atacaram a mídia. A pressão das ruas<sup>4</sup> foi um dos motivos apontados pelo jornal carioca para reconhecer que errou ao apoiar o movimento militar iniciado em 31 de março de 1964.

Com muito trabalho, reposicionamento de mercado, campanhas publicitárias e reformas editoriais O Globo e a Folha conseguiram apagar, ao menos em parte, o apoio que deram aos militares. O processo de modernização da imprensa capitaneada pelos jornalões e grandes grupos comunicacionais ao mesmo tempo em que chancelou os militares no poder, também proporcionou uma transformação nos processos comunicacionais destes veículos (RIBEIRO, 2015). A rememoração e o recontar de parte dos acontecimentos deste período passado parece ser mais um ponto de disputa de memória entre os grandes empresários e as cabeças pensantes das redações e seu público. Atualmente, com a internet, o boom de memória e de arquivamento do passado ficou ainda mais fácil expor as contradições entre o hoje e o ontem, como aconteceu com estes jornais.

---

<sup>4</sup> O editorial d'O Globo de 01/09/2013 faz menção especial às manifestações de rua que ocorreram no Brasil no ano de 2013. As vésperas da Copa das Confederações, que foi sediada no país, reajustes propostos por governos estaduais e municipais nas tarifas do transporte coletivo, em especial dos ônibus, levaram milhares de brasileiros para as ruas protestarem contra o aumento dos preços. Também conhecida como “jornadas de junho”, a imprensa em um primeiro momento chamou aqueles que ocupavam a ruas de vândalos, principalmente, por episódios de destruição e ataques contra bancos que ocorreram em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. A ação daqueles que ficaram conhecidos como *black blocs* foi usada para deslegitimar as reivindicações dos movimentos que por dias seguidos fizeram grandes manifestações públicas. Depois de tal abordagem, jornalistas, principalmente, de determinados veículos de imprensa, começaram a ser hostilizados nos atos públicos. O apoio da Globo aos militares em 64 e da Folha foram usadas de contraponto pelos manifestantes para criticar a cobertura jornalística levada a cabo por estas empresas.

Este *boom* da memória se dá em grande parte com o auxílio dos meios de comunicação de massa, grandes "lugares" em que as memórias se cristalizam e se refugiam, atualizando e reconfigurando o passado em um presente particular. Há nesse discurso uma forte necessidade do ato de recordar, preservar, comemorar, rememorar, para "resguardar" um passado que corre o risco de não mais existir. (DIAS, 2014, p. 24)

Nestes mais de cinquenta anos do Golpe de 64 foram muitas as lembranças presentes nas páginas dos jornais. Em especial, vasto material mnemônico da Ditadura passou a ficar mais evidente a partir da redemocratização do país. Porém, tal processo ganhou força, sem precedentes, com a introdução da Comissão da Verdade e dos eventos alusivos aos anos de chumbo e o material das efemérides propostas para a lembrança de meio século do Golpe em 2014. O espaço público de figuras identificadas com o Governo Militar e os pedidos por intervenção militar em manifestações públicas recentes<sup>5</sup> reacenderam as discussões da memória deste período.

Expoentes da política atual terem sido ex-combatentes e terem passado por tortura quando presos pelos militares, quando estes assumiram o poder, são outros aspectos que suscitam a discussão da memória do Período Militar. Mais recentemente, projetos que buscavam a mudança de nome de monumentos, ruas e edifícios públicos que levam o nome de atores da Ditadura reacenderam o debate da memória. Se a mesma é construída coletivamente com base em esquecimentos e ênfases com motivação política e social, não estaria o país abrindo mão de parte de sua memória com a troca dos nomes? A substituição do nome de Elevado Costa e Silva para Elevado João Goulart, em São Paulo<sup>6</sup>, não

---

<sup>5</sup> No dia 12 de abril de 2016, manifestações foram realizadas em cidades brasileiras em apoio ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ao menos em São Paulo e no Rio de Janeiro, em meio aos manifestantes favoráveis ao processo de afastamento da primeira mulher a chegar à presidência estavam grupos pedindo a Intervenção Militar. (Disponível em: <http://jovempan.uol.com.br/noticias/brasil/sao-paulo/protesto-na-avenida-paulista-pede-intervencao-militar-unica-chance-do-povo-diz-manifestante.html>, acessado pela última vez em 28 de novembro de 2016). O discurso a favor do retorno dos militares ao poder voltou a ganhar destaque no início de novembro de 2016 quando um grupo entrou no Congresso Nacional e gritou palavras de ordem em apoio aos militares. (Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/11/grupo-invade-camara-dos-deputados-e-pede-intervencao-militar.html>, acessado pela última vez em 28 de novembro de 2016.)

<sup>6</sup> Em junho de 2016 uma lei da Câmara Municipal paulistana aprovou que a mudança de nome do Elevado Costa e Silva se concretize. (Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/07/lei-que-muda-nome-do-minhocaio-para-elevado-joao-goulart-e-sancionada.html>, acessado pela última vez em 28 de novembro de 2016.) Parte da reportagem do portal G1 afirma que: "A medida faz parte de um programa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo que pretende alterar os nomes de mais de 40 vias de São Paulo que homenageiam pessoas vinculadas à repressão do regime militar (1964-1985). O programa recebeu o nome de 'Ruas de Memória'. Segundo Haddad, a decisão tem o objetivo de "não apagar da memória do brasileiro o que foi a Ditadura Militar". O prefeito de São Paulo entende que o processo de substituição de nomes alusivos ao Golpe e de torturadores por nomes mais atrelados aos movimentos de combate aos militares leva a uma substituição da memória.

representa aí um passo de esquecimento e novo enquadramento da memória? Que memória se quer deixar para os que ainda virão? Seria a solução apagar o nome de ditadores?

A discussão ainda é vasta e se faz necessária neste trabalho pelo fato de os jornais aqui estudados terem usado de técnicas de esquecimento e fragmentação da história para justificar suas opções pelo apoio do Regime Militar, em um primeiro momento, e posteriormente reconheceram que apoiar os militares não foi à melhor opção.

### **2.3 O esquecimento como processo de memória no jornalismo**

Entre as teorias do jornalismo, uma das mais estudadas é a conhecida teoria do espelho. Nessa concepção, remanescente dos séculos XIX e XX, o jornalismo é um reflexo sem interferência externa da sociedade. Assim, “a ideia-chave de que o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer.” (TRAQUINA, 2012, p. 148-149) é refutada pelas teorias usadas neste trabalho que entende como possível pela imprensa o uso de processos de silenciamento e esquecimento do passado por meio da seleção de memórias. Com isso, a imprensa detém em suas mãos a possibilidade de direcionamento daquilo que é lembrado e exposto ao seu público.

Entre as teorias do jornalismo, aquela que sublinha a ênfase no processo de socialização organizacional, em que se sobressalta a importância de uma cultura organizacional e não uma cultura profissional é a que mais se aproxima no entendimento deste trabalho (TRAQUINA, 2012, p. 154-155). Justamente por apontar que os jornais Folha e O Globo como impressos de renome foram capazes de recontar parte de suas histórias a partir do uso de processos de apagamento da sua própria memória, que se confunde com as lembranças de um período conturbado e marcante da sociedade brasileira.

Posterior ao período da Ditadura Militar, os jornais aqui estudados comprovam a possibilidade de ressignificação da memória através da publicação de supostas novas informações e o esquecimento, e também o reconhecimento do erro, de fatos históricos.

A ironia nessa dança da memória e do esquecimento é que quando certas memórias, mesmo as de “direita”, são codificadas no consenso nacional e se tornam clichês – como a lembrança do Holocausto na Alemanha e a memória dos desaparecidos na Argentina – uma nova ameaça à memória emerge. Como ensina Foucault, a repressão produz inevitavelmente um discurso, um discurso memorialista onipresente excessivamente público, cuja campanha de marketing pode gerar outra forma de esquecimento, um esquecimento de esgotamento (...) o foco intenso na memória do passado

pode bloquear nossa imaginação do futuro e criar uma nova cegueira sobre o presente. (HUYSSSEN, 2004, p. 36)

É inquestionável que a imprensa tem um grande poder para construir memórias. Os meios de comunicação, em especial aqueles aqui pesquisados conseguem sintetizar duas das características centrais que permitem a eles serem um lugar de memória. É através da credibilidade de seus jornalistas e de seu histórico de enquadramentos diversos é que os jornais impressos, a rádio e a televisão constituem ambientes propícios e aceitos pelo grande público como locais de constituição da memória. As possibilidades de esquecimentos, apagamentos e silenciamentos da memória se afloram em momentos de tragédia e repressão como pontua Huyssen. A repressão existente durante o período da Ditadura Militar brasileira marca o público dos jornais e, por isso, campanhas de marketing se fizeram necessárias pra o apagamento da memória do período que era abordada nos jornais. O esquecimento por parte do público do apoio que a imprensa prestou aos militares é flexo de uma campanha de memória, que leva em conta em seu principal processo o apagamento das lembranças do passado. Porém, com as redes sociais em expansão, a memória sobre a Ditadura sofre uma avaliação e ganha também uma nova perspectiva.

A memória presente nos meios de comunicação se dissocia e diferencia daquelas criadas no interior e na intimidade das pessoas. A internet, portanto, aumenta o alcance desta interpretação de parte do público. A construção de memórias coletivas, como as pretendidas pelos jornais, fica mais evidenciada em eventos de grande repercussão como a Ditadura Militar. A reconstrução dos eventos passados de grande monta como o Golpe de 64 e sua reinterpretação nos dias de hoje é um dos muitos investimentos do jornalismo como local de memória. “Raramente os leitores, ouvintes ou telespectadores podem verificar *in loco* a veracidade dos acontecimentos relatados. E, ainda que critiquem os meios de comunicação e que se coloque em xeque a sua objetividade na cobertura dos fatos, os discursos jornalísticos são investidos de credibilidade e inegável poder simbólico.” (RIBEIRO & BRASILIENSE In RIBEIRO & FERREIRA, 2007, p. 222). É, justamente este poder simbólico, que possibilita aos meios de comunicação tentar e buscar contar uma nova história do passado que deixa máculas junto ao seu público.

Com as redes sociais e a migração dos meios de comunicação para ambientes digitais, os jornais perpetuam sua credibilidade e seu poder de fala e de memória. Antes restrito ao alcance de sua distribuição e do sinal de transmissores, a imprensa ganhou envergadura. As redes sociais ganharam espaço entre a imprensa, mas sua lógica

extremamente testemunhal ainda dificulta sua entrada completa em um ambiente de memória. As redes sociais são um local de discussão de memória e pensamento crítico sobre a imprensa.

Os meios de comunicação não são os únicos, mas são hoje um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar. O controle da memória social parte de “testemunhas autorizadas”, e o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere neste processo não só enquadrando os fatos, nas reconstruindo valores e identidades sociais. (RIBEIRO & BRASILIENSE In RIBEIRO & FERREIRA, 2007, p. 222)

Com as ferramentas do mundo digital, sejam eles computadores, tablets ou celulares conectados a internet o fluxo de informações aumentou de maneira exponencial. Este aumento quantitativo das informações e notícias que flutuam neste ambiente revelam um canibalismo presente em meio ao caos proporcionado pelo aumento na circulação de informações. Se por um lado aumentam as chances de informações e de busca por versões diferentes, o que pode enriquecer uma série de narrativas, esta muito presente nesta situação o aumento de conflitos de memória e mais ainda de ambientes disputados de lembranças.

Nas redes sociais se disseminam desinformações e falta comprovação para muitos dos fatos ali narrados. Embora as redes possibilitem um aumento dos centros de fala, por serem ainda majoritariamente ocidentais, os discursos e a construção de memória nestes locais ainda é dependente de um único ponto de vista. Esse movimento de manutenção e perpetuação de uma memória muito referendada por costumes do Ocidente é pontuado por Barbie Zelizer como um canibalismo da memória.

Como o canibalismo da memória se desdobra? Ele é impelido por quatro estágios mnemônicos (que ocorrem em separado ou simultaneamente): minimização, substituição, deslocamento e transporte. Cada estágio – em comunicação verbal e visual com as notícias – permite que a mídia ocidental possa anexar as suas próprias interpretações mnemônicas à experiência local. Tais interpretações seguem uma fórmula simples: sobrepõem-se a tudo aquilo que o Ocidente acredita ser verdade sobre o trauma, o conflito e a catástrofe em cenários longínquos, sem levar em conta os impulsos mnemônicos locais ainda em desdobramentos. (ZELIZER In SACRAMENTO & MATHEUS, 2014, p. 88)

Todos estes elementos destacados estão presentes na memória do período da Ditadura Militar brasileira. Quando a intervenção ocorreu no país, em um primeiro

momento os jornais minimizaram a gravidade dos acontecimentos de cerceamento das liberdades. Os editoriais que aqui serão analisados justificam a volta atrás no apoio editorial como um dos fatores do tempo. Imersos em novos fluxos de informação e de discussões, os editores chegaram à conclusão que era o momento de confessar seus erros. Com isso, livram-se dos aborrecimentos da cobrança que se faz em relação ao passado. O fato de reconhecer que erraram e demoraram em fazê-lo, Folha e Globo buscam deslocar um caminho de memória que parecia consolidado pela lembrança do entrelaçamento das relações em Governo Militar e os impressos.

Os jornais buscaram sobrepor suas novas análises com as memórias que manchavam suas trajetórias e memória própria de construção de credibilidade, principal pólo de sustentação do seu poder de fala e de conservação de seu lugar de memória.



### 3. EDITORIAIS 50 ANOS DEPOIS

Quando se analisa os editoriais produzidos cinquenta anos depois do Golpe Militar de 64, é preciso apontar quais os contextos em que estão inseridos estes textos. Para uma melhor percepção da memória se faz necessário ainda voltar no tempo e entender de que maneira a Folha e O Globo apoiaram o Governo Militar. É sabido que os jornais já no período da redemocratização e da eleição indireta para a presidência em 1985 empenharam esforços na campanha das Diretas Já. A participação na campanha que buscava a retomada da eleição direta para o cargo de presidente da república é até hoje um marco lembrado pela Folha na sua memória jornalística.

De acordo com o jornal paulista, a redação esteve ao lado da população no clamor pelo fim do Regime Militar e reconheceu mais recentemente, em outro processo de efeméride, que o jornal assumiu o papel de “jornal das Diretas”<sup>7</sup>. Esta situação ocorreu em 2014, quando a Folha fez um especial sobre o período da redemocratização. O resgate de datas históricas é mais uma vez, nesta situação, usado para ressignificar a memória da Ditadura Militar no Brasil. Este processo envolvendo as Diretas Já está ligado ao processo de recontar o passado do regime autoritário.

O processo de mudança de discurso em relação ao apoio aos militares está inserido em um projeto maior de mudança editorial empreendido pela Folha. Foram inúmeras as campanhas de propaganda empenhadas pelo jornal no reposicionamento da marca da Folha. Neste processo, o jornal deixou para trás a imagem de ser um dos apoiadores do Regime e remontou sua memória como um impresso aliado da sociedade e altamente ligado as questões dos Direitos Humanos. No período ditatorial foram realizadas várias mudanças editoriais e mais ainda empresariais. Foi neste período que as empresas jornalísticas cresceram e se modernizaram, principalmente aquelas que mais aderiram aos militares.

Concomitantes com o alinhamento editorial, ocorriam alterações em âmbito empresarial. A Folha de S. Paulo, a partir de então, buscou ampliar seu público, adquirindo uma frota própria. Assim, pôde conquistar o leitor do interior do estado aumentando sua influência. O papel do “transformador editorial” do jornal, contudo, apresenta controversas. Para uns, o crédito é de José Reis; já outros sentenciam que a grande personalidade da Folha até 1977 foi Claudio Abramo. (KUSHNIR, 2012, p. 220)

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/01/1402800-cobertura-deu-a-folha-a-imagem-de-jornal-das-diretas.shtml>, acessado pela última vez em 05 de dezembro de 2016.

Entender o contexto histórico em que os editoriais do passado e os mais recentes, reconhecendo o apoio ao Golpe de 64 como um equívoco editorial, é importante para conseguir decifrar estratégias por detrás dos rearranjos propostos pelos impressos. A investida em um pedido de desculpa cinquenta anos depois se coloca como mais uma estratégia de reposicionamento da marca de ambos os jornais investigados.

Neste capítulo faremos uma visita aos escritos de 1964 pelos jornais para defender suas posições com relação à Ditadura Militar que se instalava no Brasil. Para completar revisitamos os editoriais publicados nas proximidades do aniversário do cinquentenário do Golpe. A evolução e as mudanças por qual passaram os impressos e, em um contexto maior, toda a imprensa brasileira, serão analisados e discutidos com a base das pesquisas de Ana Paula Goulart, Marialva Barbosa, Beatriz Kuschnir, Marcos Napolitano, entre outros.

Antes, porém de adentrarmos nos estudos dos editoriais é preciso conceituar este tipo de texto, que de acordo com Nilson Lage foi deixado um pouco de lado pelos grandes jornais brasileiros. A concentração de empresas jornalísticas nas mãos de poucos e a função do jornal que fala para um público selecionado diminuíram a importância do artigo que traz a opinião e a visão das empresas jornalísticas sobre determinado assunto. Falando sobre a história do jornalismo no Brasil, Lage (2001) destaca que a dependência econômica dos jornais brasileiros desde a segunda metade do século XX faz com que os jornais locais sejam de certa maneira deficientes editorialmente, que estão distantes do leitor por estarem preocupados por servir à complexa ordem do poder.

O editorial, por fazer menção a linha editorial seguida pela organização que o abarca, ganha paralelo nos primórdios do jornalismo quando da circulação de jornais panfletários e destinados a um determinado público.

Embora os editoriais sejam muito ligados aos jornais impressos, sua presença pode ser conferida em diferentes meios de comunicação. Porém, no Brasil, outro fato que dificulta a expansão dos editoriais é o seleto grupo que tem acesso e ainda acompanham os impressos, que no país passaram a ser um diferencial de classes, ocupação própria dos formadores de opinião.

### **3.1 Textos e contextos: o que disseram O Globo e Folha em 1964**

Com explicitado por Machado da Silva (2014) o Golpe de 64 foi possibilitado com por meio da insatisfação de parte da sociedade, dos militares e mais ainda do medo de

órgãos de imprensa de mergulhar nas incertezas que pareciam ser o governo de João Goulart. Por isso, a insurgência nos quartéis foi aceita de maneira passiva no dia 31 de março de 1964. No dia seguinte, a Folha conclamava em sua capa: “Calma é completa no Estado de São Paulo”. Na edição ainda é destacado que o Exército tinha dominado o Vale do Paraíba. O jornal não traz críticas nem faz menção a um Golpe, mas afirma que os militares vieram para resgatar a tranquilidade perdida com a promessa de reformas de base anunciadas pelo ex-presidente. Na página daquela edição o jornal anunciava que os estados estavam unidos em defesa da legalidade de um novo governo.

No contexto de 1964, os empresários e acionistas dos grandes jornais eram favoráveis aos militares pelo medo instalado com o governo de João Goulart. O discurso mais alinhado com os interesses sociais e nações do Oriente em contraponto com a Ocidentalização proposta pelos Estados Unidos eram vistos como obstáculos para o desenvolvimento do país.

Os projetos de modernização do país colocados em prática pelos militares e a aproximação com os empresários da mídia trouxeram sustentação para os militares, que em um primeiro momento prometiam devolver o poder aos civis assim que tivessem controlado os riscos impostos por Goulart.

Já no jornal O Globo, a efervescência e apoio apareceu de mais evidente, já que no dia 02 de abril de 1964<sup>8</sup>, o jornal estampou na capa um editorial chamado “Ressurge a Democracia”. O jornal fora invadido por tropas da marinha na madrugada do dia 31 de março e não conseguiu ser impreso logo após a tomada de poder pelos militares. Em um processo de manutenção da memória, no acervo online do jornal, na edição dedicada ao dia 1º de abril aparece uma explicação sobre os motivos da não circulação do jornal naquele dia.

Entre as mensagens passadas na edição do dia 02 de abril de 1964, O Globo afirmava que a nação saia mais viva do processo que culminou com a chegada dos militares ao poder, uma vez que o país estava entregue a agitadores e desordeiros, que nada mais fizeram do que horrorizar a sociedade, de acordo com os editorialistas. Neste momento, o jornal estava sob a batuta de Roberto Marinho, que mais adiante iniciaria um processo de modernização da redação do diário carioca. A família Marinho foi beneficiada no Regime Militar pela liberação da concessão da TV Globo no Rio e a posterior

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640402>, acessado pela última vez em 05 de dezembro de 2016.

possibilidade de montagem de uma rede de televisão com presença em todo o território nacional (RIBEIRO, 2014).

No contexto midiático da época, o apoio persistiu por mais um período, mesmo com a institucionalização do Ato nº 5, que implantava a censura no país. A memória destes episódios e destes momentos de censura sobre os jornais é muito destacado nos dias atuais pelas publicações para marcar que foram impactadas e sofreram com os militares no comando do país. Mas na época em questão, os próprios jornais adotaram uma série de políticas de autocensura (BARBOSA, 2007). Este processo é reflexo da busca dos jornais por acessos ao poder, representados pelos comandantes militares.

Parece demasiadamente simplista explicar essa falta de envolvimento contra o cerceamento da liberdade de imprensa e a ampla inclusão e aderência ao regime autoritário por uma espécie de medo prévio da censura. Preferimos acreditar que, tal como estamos mostrando, historicamente o jornalismo e os jornalistas imiscuem às cercanias do poder, procurando as benesses daí advindas. A construção de defensores do bem comum, dos interesses públicos, das liberdades democráticas é muito mais um efeito discursivo – no caso da imprensa brasileira – do que, de fato, se configura na prática. E esse discurso contribuiu para a ampliação do público, através da construção de um lugar simbólico onde se destaca o papel de defensores do bem comum e dos anseios da população de maneira geral. Com isso, se autoconfiguram como intermediários entre o poder e o público, referendando seu lugar de poder. (BARBOSA, 2007, p. 192-193)

A imprensa rodeando o poder e a abrangência do seu poder por ser uma local de memória já foi aqui discutida. Fica, no entanto, evidenciado, que aos jornais O Globo e Folha fizeram do seu apoio ao Golpe um ponto para a conquista de benesses econômicas que ajudaram a concretizar a modernização destes jornais e dos processos comunicacionais até então explorados. Foi neste período, como destaca Barbosa (2007), que houve um salto na qualidade dos jornais. Esse processo foi possível no jornal O Globo sob a regência de Roberto Marinho e ainda contava com as bênçãos da TV Globo, que ao se consolidar na liderança de audiência era capaz de ajudar fazendo propaganda e promovendo o jornal do Grupo.

Também no período do Golpe, e mais adiante dos anos 1970, foi se consolidando um processo de diminuição do mercado de jornais. Títulos desapareceram do mercado e aqueles que ficavam disputavam as parcelas dos leitores que uma hora ou outra migrariam para outros jornais. Em meados dos anos 1970, O Globo, que fez investimentos em maquinário e no lançamento de uma edição dominical conseguiu angariar parte importante

desse público que ficou órfão do desaparecimento de ao menos quatro diários importantes das bancas (BARBOSA, 2007).

A disputa com o Jornal do Brasil manteve O Globo vigilante sobre suas posições e ideias. Com o recrudescimento da censura, passou o jornal a apostar em assuntos econômicos e ainda em material comprado de agências internacionais.

### **3.2 Resignificação editorial de O Globo<sup>9</sup>**

Entre 2013 e 2014, com a aproximação do aniversário de 50 anos do início do Golpe Militar (vigente entre 1964 e 1985), a imprensa brasileira fez uma autocrítica sobre sua participação no regime ditatorial. Veículos de imprensa estes que se alinharam com os militares em 1964 e, em certos momentos, foram parte importante das políticas repressivas do passado. Porém, "à luz da História" - como explica O Globo, de setembro de 2013 - dois dos maiores jornais impressos do país publicaram editoriais rechaçando o apoio aos militares e creditando o fato a um erro jornalístico. Mas no mundo das redes sociais, as narrativas criadas pelos jornalísticos repercutiram na internet e suscitaram discussões e debates. A partir de agora passamos a analisar o escopo daquilo que foi apresentado nos editoriais publicados em O Globo, em agosto de 2013, e na Folha de S. Paulo, de março de 2014.

Um diferencial importante de se determinar logo no início desta análise é o fato de que o editorial do jornal carioca reflete uma opinião das Organizações Globo, hoje Grupo Globo. Composto por um conglomerado de diferentes veículos de comunicação sob a tutela da família **Marinho. A TV Globo** e os demais meios de comunicação do grupo têm uma imagem muito mais associada ao apoio pela ditadura, principalmente porque a televisão, Canal 4 do Rio de Janeiro, começou a operar um ano depois do Golpe, com um forte apoio estatal para implementar a partir dos transmissores um projeto de integração nacional. Naquele momento, a televisão estava inserida no plano de expansão das telecomunicações. Cabe lembrar ainda o apoio do capital estrangeiro, em especial da organização Time-Life, apontado como mais alinhado aos interesses dos militares.

A preparação para o discurso do erro e a leitura do editorial nos diferentes veículos do grupo evidencia que o reconhecimento aparente foi também uma estratégia de marketing e uma tentativa de um reposicionamento da imagem. O público que não leu no

---

<sup>9</sup> O editorial que será mencionado nesta sessão está disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>, acessado pela última vez em 05 de dezembro de 2016. A referência deste editorial também está junto as demais referências bibliográficas deste trabalho.

impresso acompanhou na televisão o pedido de desculpas. O reconhecimento do erro e o apontamento de uma decisão editorial pode ainda ser visto como um fato inédito na trajetória das Organizações Globo. Dedicar tamanho espaço e tamanha divulgação ao fato de reconhecer que errou é um ato de grande impacto, visto que embora tenha a correção entre os seus princípios editoriais, poucas vezes se observou um espaço tão considerável para se discutir um assunto, ainda mais com diferentes interpretações, tal qual o discurso de vencidos e vencedores.

Um ponto que chama atenção na publicação do editorial com o pedido de desculpas por parte do jornal O Globo ocorre primeiro na internet. O editorial reconhecendo como errado o apoio editorial ao Golpe foi primeiro disponibilizado na página do jornal na internet.<sup>10</sup> Logo, as discussões já começaram no dia 31 de agosto. Também neste caso, a disponibilização do mesmo primeiro na internet e depois do papel acontece para seguir um posicionamento do Grupo Globo como um todo. O editorial d'O Globo foi repercutido nos telejornais da emissora, como no Jornal Nacional, principal telejornal da emissora, no dia 02 de setembro de 2013.<sup>11</sup>

A edição do dia 1º de setembro de 2013 do diário carioca O Globo estampava o seguinte título: “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”. Publicado após uma onda de manifestações populares que invadiram as ruas do país, o editorial antecipa os materiais jornalísticos que lembrariam os 50 anos da Ditadura Militar. A questão sobre a força das ruas já foi retratada na nota de rodapé nº 5. O mea culpa ressalta que outros grandes jornais assumiram postura de apoio semelhante, a exemplo de Folha de São Paulo e de O Estado de São Paulo, como uma forma de não se apresentar para o leitor como o único desviante. O jornal alega que, apesar de corroborar com o regime ditatorial em aspectos econômicos e até sociais, as Organizações Globo sempre prezaram pela democracia e pelas instituições legítimas, citando episódios que envolvem o fundador Roberto Marinho como prova auxiliar e como um reforço de notoriedade e personificação.

O editorial destaca ainda o contexto do pré-golpe, salientado as disputas entre comunistas e capitalistas, sendo assim uma justificativa histórica para o apoio “ante o perigo de um golpe à esquerda”. O texto condena qualquer forma de cerceamento da

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>, acessado pela última vez em 06 de dezembro de 2016.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=bABCjGS-\\_M4](https://www.youtube.com/watch?v=bABCjGS-_M4), acessado pela última vez em 05 de dezembro de 2016.

liberdade, entretanto não fala sobre as trocas e benefícios entre o grupo empresarial e o regime que permitiu a concessão de uma rede de televisão, a Rede Globo, em 1965.

### **3.3 Resignificação editorial na Folha de S. Paulo<sup>12</sup>**

Enquanto isso, o jornal Folha de S. Paulo conseguiu de maneira mais efetiva se afastar da ideia de apoiadora da Ditadura. Muito pelo fato de o impresso se posicionar de maneira mais progressista em temas espinhosos e contar com a concorrência do ruralista e conservador O Estado de S. Paulo. A alcunha de ser menos conservador e as campanhas publicitárias para se reposicionar no mercado como um veículo de imprensa diferente dos demais, fez da Folha um caso de sucesso neste processo de esquecimento e apagamento de uma memória social desfavorável. Porém, o editorial da Folha foi muito criticado, pois em certa medida foi visto como uma defesa de certos ideais do período autoritário. A menção aos pilares econômicos dos militares e ao crescimento do país em meio a um mundo de incertezas vividas no período de Guerra Fria suscitou dúvidas sobre o verdadeiro voltar atrás do impresso. O jornal paulista reconheceu como um erro, observado a partir das condições atuais, o apoio na primeira metade do período de repressão. O jornal ainda pontua que foi um dos veículos mais críticos dos militares após a promulgação dos atos institucionais que tantos estragos fizeram na liberdade de imprensa.

O editorial de março de 2014 alcançou a marca de 2,2 mil compartilhamentos nas redes sociais<sup>13</sup>, de acordo com o próprio site do jornal. Foram ainda deixados comentários no site do impresso, embora estes em menor número do que nas redes sociais objeto deste trabalho. A menor participação dos leitores nos comentários do site acontece em decorrência da mediação daquilo que seus leitores podem ou não escrever no espaço até então dedicado a eles. A Folha mantém as áreas de comentários do seu site apenas para aqueles que são assinantes a publicação<sup>14</sup>, seja na versão física ou digital do jornal. O processo de comentários dificultado pela organização é outro aspecto que precisa ser

---

<sup>12</sup> O editorial que será mencionado nesta sessão está disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>, acessado pela última vez em 05 de dezembro de 2016. A referência deste editorial também está junto as demais referências bibliográficas deste trabalho.

<sup>13</sup> Na página da internet em que está disponível o editorial aqui trabalhado é possível conferir o número de publicações. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>, acessado pela última vez em 05 de dezembro de 2016.

<sup>14</sup> As regras de comentários do jornal e suas restrições são justificadas pelo jornal como uma restrição ao baixo nível das discussões e o uso de xingamentos nos comentários, que antes eram aceitos de todos os internautas, sejam eles identificados ou não. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1797541-folha-muda-regras-da-secão-de-comentarios-em-reportagens-e-colunas.shtml>, acessado pela última vez em 06 de dezembro de 2016.

levado em conta quando se entende as redes sociais como um local de discussão dos assuntos cotidianos e das notícias.

A Folha de S. Paulo, porém não divulgou apenas um editorial falando da ditadura. O caso da Folha é ainda mais emblemático e antigo ao registrado em O Globo pelo fato de o artigo aqui analisado, publicado em abril de 2014, ser até certa forma uma reposta a outro editorial, este de 2009, em que afirmava ser a Ditadura Militar brasileira um regime mais brando e sem tantas decorrências como afirmam os críticos. Nesta passagem de 2009, o jornal tentava discutir a questão da Venezuela e discutia determinações que deveriam ser impostas ao então presidente da Venezuela Hugo Chaves.

O caso “ditabranda” gerou uma série de discussões após a Folha de S. Paulo publicar em editorial (17/02/2009)<sup>15</sup> o termo qualificava o regime militar vigente no Brasil entre 1964 e 1985 como “brando”, se comparado a outros na América Latina. No editorial, a publicação faz uma comparação com o número de mortes registradas em demais países como a Argentina, o Chile e o Uruguai. No entanto, essa memória puxada por uma comparação não é adequada visto que os momentos políticos eram diferentes nos países citados. Esta situação de criar um paralelo entre situações diferentes abre uma possibilidade única para expandir ainda mais algumas questões referentes aos “usos do passado” na imprensa.

As vésperas do marco do meio centenário de instauração do regime, em 30 de março de 2014, o jornal Folha de São Paulo lança o editorial intitulado “1964”. O artigo explora a violação dos Direitos Humanos para expressar repúdio às formas de governo autoritárias. Como falado, o jornal tentou em seu reposicionamento de mercado e no momento em que recontou sua própria história criar um ambiente favorável para o papel de defensor da liberdade de expressão atrelada as preocupações com os Direitos Humanos. Assim como em O Globo, o jornal recorre aos fatos históricos, em uma apresentação quase didática, para apresentar o contexto em que aconteceu o golpe, suscitando o medo de um governo de esquerda e ressaltando os avanços econômicos alcançados durante o governo dos generais. O jornal paulista, bem como seus concorrentes, destina parte do texto para destacar as conquistas do país durante o governo dos generais. A Folha faz ainda uma rápida reflexão sobre a própria postura, concentrada em apenas um parágrafo. Classifica como um “erro” o apoio ao golpe, entretanto, diz não considerar justo condenar a então

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>, acessado pela última vez em 05 de dezembro de 2016.



direção do jornal que optou apoiar o regime por considerar que, assim, o fizeram em situação adversa, não vislumbrando outra saída “essencial à democracia brasileira”, mas destaca que o erro serve como aprendizado, assim como os outros jornais indicam.

Em 2014, a Folha de S. Paulo olha para o presente como resultado do passado e para a história como lição: “Visto em perspectiva, o período foi um longo aprendizado para todos que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias”. A perspectiva de valorização da democracia a partir da experiência da ditadura é enfatizada através de reportagem disponível na mesma edição em que mostra, através de pesquisa do Instituto Datafolha, que a maioria (62%) dos brasileiros acredita que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo (a taxa mais alta desde 1989, quando a pesquisa começou a ser feita). “Convicção na democracia é recorde”<sup>16</sup> (30/03/2014, p. A4) faz uma atualização, através de novas estratégias de objetivação e de efeitos de real (a pesquisa de opinião), para demonstrar como o futuro daquele passado ditatorial, ou seja, o presente democrático, é promissor do ponto de vista das mentalidades e do respeito à lei, compondo, assim, uma nova metanarrativa apaziguadora. No texto do jornal, análise dos resultados da pesquisa aponta que “parece haver uma lenta, gradual e segura” escalada na valorização da democracia entre a sociedade brasileira. Não são termos ao acaso. “Lenta, gradual e segura” foi à abertura política institucional promovida pelos militares. A pesquisa foi elaborada depois dos protestos nas ruas de 2013, em que os integrantes dos diversos movimentos se diziam apartidários. Mas o levantamento é anterior aos protestos de rua mais recentes, em que surgiram com maior visibilidade movimentos pedindo a volta do regime militar no país. De qualquer forma, interessa que, narrativamente, a Folha conecta a pesquisa com o tema da ditadura e, ao operar essa estratégia de objetivação, tentando traduzir em números as tendências da opinião pública sobre o tema da democracia, reforça-a como um valor contemporâneo. Além disso, insere essa perspectiva nos acontecimentos do presente quando relaciona a escalada da valorização da democracia com os protestos de junho de 2013: “Junho de 2013 escancarou isso: grandes protestos, mas poucos que foram para a rua estavam contra a democracia” (30/03/2014, p. A4).

Muitos outros movimentos poderiam ser explorados nessa análise da narrativa jornalística sobre o Golpe de 1964. Por ora, o exercício de análise efetivado aqui nos

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/03/1433561-brasileiros-preferem-democracia-mas-sao-criticos-com-seu-funcionamento.shtml>, acessado pela última vez em 05 de dezembro de 2016.

mostra que a “A reconstrução das notícias individuais em uma sequência cronológica e integral [...] é um movimento epistemológico que resubjetiva o discurso jornalístico ao conferir-lhe o estatuto de uma história com princípio, meio e fim e ao resgatar o seu fundo moral” (MOTTA, 2005, p. 11). Nesse sentido, a narrativa produzida pela Folha sobre o Golpe em 1964 projeta, através de diferentes estratégias de objetivação/subjetivação, um mundo diegético em que o governo de João Goulart configura o desvio, o desequilíbrio, através de uma leitura do presente em que não há alternativa ao comunismo. O fundo moral, a metanarrativa resultante da reconstrução desse objeto lança mão da projeção de um futuro de progresso para o país a partir da restauração do equilíbrio político (a superação da pequenez ideológica) através do Golpe Militar. Em 2014, encarando os acontecimentos em perspectiva, a Folha tenta reconstruir sua própria narrativa com tom de justificativa, em uma percepção da história que serve como lição para o presente.

### **3.4 Editoriais de vozes similares**

As vozes de Folha e O Globo soam similares, embora partam de um lugar de fala diferente. Isto porque eles recorrem aos mesmos elementos do discurso jornalístico para não prejudicar a confiança do leitor. Os impressos se valem da forma narrativa para produzir um relato histórico do período, eximindo o narrador na maior parte do texto. A contextualização histórica, feita de forma quase que didática, tem a intenção de estabelecer uma relação de troca para que a justificativa do jornal seja compreendida pelo seu público. A escrita dos editoriais evita figuras de linguagem, buscando termos mais exatos e afirmações que possam ser comprovadas pela argumentação; prática entendida como uma forma de equilibrar as opiniões e qualificá-las como consonante com a realidade. Em O Globo e Folha são usados termos como “golpe”, “governo ilegítimo” e “ditadura”, subjetivação não usada anteriormente.

Os editoriais circundam um dos principais pontos de fragilidade da instituição que representam, visto que o jornalismo vive de sua credibilidade e de uma pretensa infalibilidade. A sobrevivência dos jornais, reitera-se, está atrelada à venda de exemplares e de espaços publicitários, advindos do respeito do leitor. A partir dessas prerrogativas econômicas e de construção social é certo que para uma publicação escrever: “A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la.” (O Globo) ou “[...] aquele apoio foi um erro. Este jornal deveria ter rechaçado toda violência [...]”,

remontam um desejo de: credibilidade, objetividade e veracidade para se aproximar o público quando se veem em situação de conflituosa.

Ao passo que expõem as falhas, os jornais reforçam suas virtudes de maneira sistemática: com a apresentação contexto histórico, induzindo que opção foi tomada diante de condições limitadoras da época; com o reforço de que a ditadura não foi de todo um fracasso, trazendo avanços para a economia, industrialização e até em campos sociais; reafirmando valores democráticos e de repúdio à censura, repressão e ao autoritarismo; e enaltecendo o fato de que se aprende com os erros, no caso de O Globo e Folha. Ambos utilizaram o mesmo argumento de “[...] o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa [...]” (O Globo) e que “Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias” (Folha de São Paulo). Por fim, cabe destacar nesta análise que os editoriais têm um distanciamento de quase meio século do fato a que se referem. O intervalo de tempo configura outra conjuntura social, política e econômica do país, conseqüentemente, também dos jornais. Passada a era dos generais indicados ao poder, o Brasil é regido por um sistema de democracia constitucional, tendo acumulado após a reabertura política a eleição de cinco presidentes da República, escolhidos em sufrágio direto, entre reeleições e um impeachment.

Os meses que precedem a publicação dos editoriais em análise são marcados pela volta do povo às ruas em diversas cidades do país com protestos de temáticas pulverizadas. Depois de anos sem grandes mobilizações populares, como aconteciam durante o regime militar, milhares de pessoas tomam os espaços públicos de Norte a Sul do País, desta vez conclamadas pelos meios virtuais. Parte da população gritou: “O povo não é bobo, abaixo a rede Globo” ou “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. Apesar de ser citado nominalmente apenas um grupo, o teor das críticas também recaiu sobre as outras instituições que tiveram posicionamento semelhante quanto ao apoio à instauração da ditadura e a legitimação das forças arbitrárias. Esse contexto merece ser ressaltado para entender que o posicionamento das empresas não veio à toa cinquenta anos depois e que, mesmo sem expressar verbalmente, os jornais vêm a público dizer que estão comprometidos com a democracia e reafirmam a defesa aos Direitos Humanos, como no trecho de O Globo: “Governos e instituições têm, de alguma forma, que responder ao clamor das ruas. De nossa parte, é o que fazemos agora reafirmando nosso incondicional e perene apego aos valores democráticos”.

Nesse processo de uma reconstrução do passado por meio da memória dos próprios jornais fica caracterizado que os editoriais têm por si só um objetivo de tentar restabelecer junto ao público leitor uma confiança e transparência até então poucas vezes vista. O uso de estratégias de ressignificação do passado interfere na construção de memória dos mais novos e é capaz de alterar o entendimento e percepção daqueles que também viveram o período dos militares.

#### **4. O FACEBOOK, A MEMÓRIA E SEU ESPAÇO DE DISCUSSÃO**

As redes sociais, especificamente no caso deste trabalho o Facebook, têm se colocado como um local de discussão e troca de ideias. Porém, os algoritmos que aproximam publicações e gostos entre os semelhantes dificultam o processo de abertura de novas ideias e do diferente. Porém, a exposição de versões da memória dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no Facebook permitiu uma ressignificação por parte dos usuários daquela memória que já havia passado por um processo de ressignificação por parte dos próprios veículos de imprensa.

O Facebook como agregador de conteúdo e de mensagens de diversos entes é a síntese de um lugar de memória coletiva. Porém, com suas dificuldades de armazenagem, visto que os conteúdos postados estão aos cuidados de um servidor a quilômetros de distância e sem a menor chance de acesso de pessoas comuns, a conservação da memória das comunidades nesta rede pode mais adiante provocar ruídos e trazer problemas para aqueles que apostaram as redes como locais de memória.

Halbwachs afirma que “não é possível guardar muitas lembranças com todas as suas nuances e em seus detalhes mais precisos, a não ser que utilizemos todos os recursos da memória coletiva” (2006, p. 222) é neste contexto que a discussão e compartilhamento de memória por parte dos usuários das redes sociais pode tornar as lembranças mais detalhada e, com isso, permitir menor espaço o esquecimento, seja ele proposital ou não, de parte da memória.

Como não poderia deixar de ser, a repercussão nas redes sociais dos editoriais publicados pelos jornais reconhecendo erros editoriais passados foi quase que imediata. No Facebook, rede social aqui estudada, nenhuma das publicações fez o compartilhamento na íntegra dos editoriais analisados. Mas, no mesmo dia em que as publicações foram rodadas nas rotativas das gráficas foi disponibilizado um material de memória no Facebook de ambos os jornais. Tais iniciativas suscitaram o debate sobre os editoriais nas páginas dos impressos na rede. N’O Globo um link chamava para o acervo de memória do jornal que estava sendo lançado na mesma época. De acordo com a publicação estavam destacados no acervo os principais acontecimentos representados nas páginas do impresso até aquele momento. Já na página da Folha de S. Paulo foi colocado um link que trazia a narrativa

temporal dos fatos cronológicos do Golpe de 64. O “past blogging”<sup>17</sup> do jornal evidenciou as etapas antecedentes e seguintes do dia 31 de março daquele ano transpostos para os dias de hoje.

Uma observação necessária é que este estudo não pressupõe ter angariado toda a repercussão contida no Facebook no dia em que as postagens foram colocadas. A rede social, ao menos na sua versão brasileira, não dispõe de um amplo mecanismo de pesquisa para agrupar todas as interações produzidas pelos usuários da rede sobre determinado assunto. Sem acesso a programas específicos e métricas de leitura dos dados, estes inerentes aos profissionais da Tecnologia da Informação, é possível afirmar que a radiografia expressa no momento da busca aqui detalha reflete uma das muitas percepções possíveis dentro da rede social. O mecanismo de busca usado dentro do Facebook foi aquele disponibilizado para seus usuários americanos, para isso, foi preciso alterar a conta usada no momento da busca e habilitar a localização dos Estados Unidos. Neste caso o sistema permite buscar determinado assunto em todos os perfis que estão com as publicações abertas ao grande público. Também é apontado na pesquisa aquilo que seus amigos falaram sobre o assunto. Assim, a busca fica suscetível a uma série de variáveis. Esta talvez seja uma das maiores provas da fragmentação permitida na rede e que mais para frente terá de ser resolvida nos estudos de memória e da história. Usuários diferentes procurando pelo mesmo tema são direcionados a resultados de busca diferentes em decorrência de suas preferências pessoais e seu círculo de amigos. Ai entra a questão do algoritmo, que tem discussão acalorada entre muitos que entendem que o mesmo serve como forma de manipulação.

Com uma maior construção coletiva através de narrativas na internet vivida hoje, vista a infinidades de buscas com o mesmo objeto (aqui os editoriais), qual será a memória que estaremos nós construindo daqui adiante? Neste episódio da Ditadura Militar destacado, o que se espera mostrar é apenas um dos muitos caminhos possíveis na internet e, mais ainda, no nosso próprio objeto de estudo, o Facebook. Estas observações sobre a memória são úteis para destacar, como pontua DA SILVA, que “é preciso procurar compreender o papel que exercem também os meios e tecnologias que atuam no processo de sua manifestação (aqui falando da memória), registro e conservação. De fato, a pura e

---

<sup>17</sup> “Past blogging” em tradução para o português significa blog do passado. Os blogs por sua própria definição são colocados como um diário online. Os diários escritos foram por muito tempo instrumentos de armazenamento de memórias. O diário contém as lembranças e fragmentos de memória daqueles que os escrevem. Os diários fizeram sucesso na literatura como o “O Diário de Annie Frank” e agora se popularizam na internet com a expansão dos blogs.

simples conservação do passado não garante que a memória continue viva. ” (DA SILVA In PRIMO, 2013, p. 145).<sup>18</sup>

A análise das postagens dos jornais foi realizada com base na pesquisa feita no dia 18 de setembro de 2016. O método de pesquisa consistiu em revisitar as publicações realizadas nas páginas oficiais da Folha e O Globo, no Facebook, no mesmo dia da publicação dos editoriais aqui já retratados.

#### **4.1 O Facebook de O Globo**

No jornal carioca, a publicação de 31 de agosto de 2013, mesmo dia em que o jornal estampava um pedido de desculpas por ter apoiado o movimento militar de 1964, foram registrados, até setembro de 2016, 334 curtidas na postagem que retratava uma linha do tempo com os principais fatos jornalísticos retratados na publicação impressa até então. Foram ainda 79 comentários e 66 compartilhamentos<sup>19</sup>. Não é possível saber o real alcance da publicação, uma vez que cada um destes compartilhamentos, com certeza, incitou novos questionamentos e discussões. A maioria dos comentários da postagem fazia menção ao editorial do mesmo dia, mas faziam um adendo que na linha do tempo do jornal não era destacado o ano de 1964, isso levou internautas a questionarem o mea-culpa do impresso.

Entre aqueles que deixaram sua opinião na publicação digital estava uma minoria que saudava a iniciativa do jornal em apresentar um espaço para lembrar acontecimentos antigos. Uma das internautas destaca a importância de se conservar o passado, escreveu a internauta identificada como Nara Fávero: “Uma trajetória de vida. É belo ter história... Embora fique algumas lacunas (sic). Mas assim são todos.”. Já foi falado aqui sobre o papel do esquecimento e do apagamento proposto pelos veículos de imprensa, porém fica claro que a ideia de manipulação e capacidade de enganar por muito tempo apregoado aos veículos de imprensa fica menos evidente com a internet e os compartilhamentos na rede. A usuária do Facebook que comentou a publicação ressalta elementos intrínsecos da memória e que muitos outros acreditam passar despercebidos pelo grande público.

---

<sup>18</sup> A parte entre parênteses destacada por nós

<sup>19</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/jornalloglobo/photos/a.123958997643788.9532.115230991849922/621484444557905/?type=3&theater>, acessado pela última vez em 27 de novembro de 2016. Ao menos até esta data o link foi preservado e toda a discussão e os comentários dos internautas podia ser consultada e revisitada para dirimir qualquer dúvida. Porém, aqui entra em discussão mais uma vez a questão do apagamento e do desaparecimento comum da internet. Os mecanismos de armazenamento ainda não eficazes no meio virtual podem levar de parte das observações analisadas neste trabalho.

Em contraponto, grande parte daqueles que comentaram na publicação destacaram que o reconhecimento do erro vinha muito tarde e parecia mais uma tentativa de se recontar a história. Usuários afirmaram que existia algo a mais por detrás do reconhecimento exposto no editorial. O internauta Francisco Cruz postou: “Depois de 49 anos O Globo admite que errou ao apoiar o Golpe de 1964. Como diria minha mãe: essa alma quer rezar. Qual será o objetivo dessa declaração? ”. Outro leitor destacou: “Leiam o editorial do O Globo de 13 de setembro de 1963, disponível no site do jornal. ”, postou Alberto Luiz Zamith. Acompanhado ao comentário estava o link do acervo online do jornal com o material de 1963. Este resgate permitido pela digitalização de todas as edições do jornal possibilita o resgate de momentos históricos e ainda permite se identificar rastros de memória contidos em edições passadas do jornalão.

Dessa forma, passa a ser cada vez mais importante olhar para as características de manifestação das memórias, em suas dimensões individuais e coletivas, sob o aspecto da participação e colaboração dos interagentes que convivem, expressam-se e compartilham experiências através dos ambientes digitais de comunicação. (DA SILVA In PRIMO, 2013, p. 151)

Os comentários expostos e a diversidade de vozes no ambiente digital confirmam a condição da memória como uma construção coletiva, porém com diferentes narrativas dependendo dos usuários se destaca a fragmentação da mesma no mundo online.

Com embasamento em teorias já bastantes discutidas nesse campo temático, foi possível identificar que a Web pode ser compreendida como um ambiente propício para o compartilhamento de experiências, opiniões e relatos e, conseqüentemente, com a manifestação de memórias coletivas. Ao refletir sobre as ideias de Halbwachs e Ricoeur, pode-se afirmar que as memórias individuais e coletivas se entrelaçam na Web (mas não se confundem), de modo que as linguagens e técnicas possibilitadas pelos serviços on-line (especialmente aqueles inscritos na dinâmica Web 2.0) permitem uma exploração dos registros mnemônicos disseminados nos mais diversos ambientes digitais. Destacam-se aqui também que os momentos de celebração, atos tão importantes para a formação de memórias, são marcos fundamentais para a identificação de movimentos coletivos em direção à memória... (DA SILVA In PRIMO, 2013, p. 158-159)

Efemérides como o aniversário de implantação do Golpe Militar de 64 no Brasil são constantes na imprensa. A discussão sobre o papel que a mídia nacional teve durante o período está vigente desde que a lei de anistia foi promulgada no país. Não é coincidência que o editorial da Folha contendo o reconhecimento que errou ao apoiar o Regime autoritário militar tenha sido publicado um dia antes do aniversário de 50 anos do Golpe.



As datas comemorativas são propícias as lembranças e a retomada de memórias nos meios de comunicação.

#### **4.2 O Facebook da Folha**

Em tempos de redes sociais, a Folha também não publicou a íntegra de seu editorial no Facebook. A postagem que fazia menção ao seu editorial foi publicada no dia 30 de março de 2014. O alcance foi tremendo. Mais de 1,1 mil compartilhamentos com a postagem foram feitos pelos usuários, como nem todos os compartilhamentos ocorrem em perfis abertos pelos internautas, não há como dimensionar o alcance completo da postagem. Foram ainda 497 comentários e 2,7 mil curtidas na publicação.<sup>20</sup>

Sobre o retorno aos fatos históricos do passado o usuário Marcelo Gotardo Gerber afirma que suscitar a memória é inútil: “Meu (sic), qual a moral de reviver isso? Querem que ocorra outra vez? A imprensa foi uma das que mais apoiou o Golpe Civil-Militar.”. A ideia de que recontar o passado é uma forma de tentar impor que ao presente o mesmo destino é rechaçada pela usuária Wilma Ferrari. Ela afirma: “Conhecer a história, o passado, para que não se repita. Nunca mais.”. Nos comentários da publicação ainda aparecem discussões que remetem a polarização vivenciada pelo país nos dias atuais. Entre a grande maioria daqueles que comentaram na ocasião são muitas as acusações ao jornal de petralha, esquerdista e defensor da ditadura.

A divergência de opiniões mostra como a internet e, principalmente, as redes sociais são um local de disputa de discurso e também de memória. Embora os jornais tenham soltado editoriais expressando que erraram ao apoiar o Golpe, na internet surgiram muitas vozes contrárias aos editoriais que foram vistos como estratégias de manipulação e de esquecimento tão caros a memória. A disputa política acentuada a partir do ano de 2010 também reforça as vozes e narrativas de os jornais não apenas apresentaram suas versões, mas também e, principalmente, tentaram apagar e esquecer seu alinhamento editorial com os militares.

As redes sociais com suas múltiplas vozes permitem aos usuários disseminarem suas opiniões e quebram assim com um monopólio de fala presente no século passado com o poder exagerado nas mãos da imprensa e dos jornais. As teorias do jornalismo ainda não conseguiram compreender com exatidão o fenômeno da internet e a breve demonstração de

---

<sup>20</sup> A publicação está disponível em:

<https://www.facebook.com/folhadesp/photos/a.115442961831049.6251.100114543363891/732334700141869/?type=3&theater>, acessado pela última vez em 27 de novembro de 2016.

narrativas diversas aqui deixam claro que as redes sociais, em especial o Facebook por seu alcance, dispõem de um grande poder de reverberação de ideias e contraposições. A soberania da opinião dos grandes veículos e o lugar de guardião da memória até pouco tempo relegado aos jornais impressos começa a tomar outra dimensão.

É importante destacar que as redes sociais não são apenas um lugar de armazenamento de memória, mas também de produção de memória. Assim, as discussões nos comentários passam a ser assimiladas como instrumentos importantes na construção de um acontecimento passado. A subjetividade presente nas redes sociais precisa é um elemento fundamental na construção de memórias.

Assim, as memórias que circulam no Facebook aparecem em forma de relatos escritos e imagens que expressam nossas opiniões, gostos, sentimentos, medos, apreensões, amizades, afetos, amores, lugares, conquistas, dentre tantas outras atividades. Subjetividades que são materializadas, compartilhadas e postas à apreciação de nossos contatos na rede social. “A subjetividade do sujeito no mundo contemporâneo está diretamente relacionada à visibilidade, promessa maior das redes sociais”. (RENDEIRO apud DALMASO, 2011, p. 262)

O Facebook com seus mais de 1,78 bilhões<sup>21</sup> de contas ativas no mundo é um local não só de produção de memórias cotidianas com o compartilhamento de experiências diversas do dia a dia como também é um local de discussão da memória. A expansão dos serviços acervo com páginas na rede social e o aumento do interesse de discussões de cunho histórico na rede social por si só deixa claro que a mesma vem assumindo papel importante neste processo.

Hoje, não se pode pensar mais que as memórias não serão reconfiguradas, revisitadas e atualizadas em meio ao instantâneo do digital. A grandeza e abrangência da rede social mostram que o mundo está sedento por locais de memória, visto que toda a composição da rede social criada por Mark Zuckerberg visa refletir um diário online. Desde as experiências mais recentes aos fatos mais antigos o Facebook tem se constituído como um local de armazenamento e conservação de memória em que a mesma é atualizada por seus usuários. Está possibilidade de transferência dos locais de conservação de memória das bibliotecas e dos acervos para o mundo online aumentou o alcance da memória no mundo e permite interpretações diversas e diferentes de um mesmo assunto.

Assim, o Facebook é uma “fábrica de memória” (RENDEIRO, 2011) em que o público presente expõe sua opinião para satisfazer seus desejos e assim acreditar que

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://newsroom.fb.com/company-info/>, acessado pela última vez em 27 de novembro de 2016.

perpetua seus pensamentos. Mas ainda falta uma perspectiva de memória duradoura e de ser um arquivo não ameaçado pelo avanço das demais técnicas tecnológicas ainda o mantém enfraquecido como local de arquivamento. O Orkut, outra rede social que se pretendia como um dos bastiões da memória na internet se esvaiu com o avanço de suas concorrentes. A preocupação com a memória neste meio digital, embora muito presente nas redes sociais ainda carece de local para repousarem sem serem ameaçadas.

A corrida dos usuários do Orkut em setembro de 2016 para resgatar suas fotos e lembranças deixadas em contas já desativadas são reflexo de uma sociedade que acredita mais nas nuvens de informações e de armazenamento, mas pouco cristaliza suas memórias em algo seguro o suficiente para não desaparecer com o tempo.<sup>22</sup>

#### **4.3 Contrapontos hegemônicos**

O Facebook de ambos os jornais aqui estudados e a abrangência da participação popular na ressignificação dos editoriais de Folha e O Globo evidencia que parte do discurso que saiu fortalecido desta rememoração do Golpe de 64 foi as ideias mais alinhadas com a esquerda. Este processo nada mais é que a confirmação que desgastes históricos ocorreram na figura dos militares como únicos capazes de manter a união e a ordem como conferida pelos jornais na época do Golpe.

O pesquisador Marcos Napolitano, ao descrever o processo histórico da memória do período da Ditadura Militar no Brasil aponta para uma disputa hegemônica capaz de proporcionar uma mudança radical na forma como as lembranças são recebidas e atualizadas. Se os militares e, conseqüentemente, as alas da direita saíram fortalecidas do movimento em manteve os comandantes do Exército por 21 anos no poder. Mas com o surgimento de novas tecnologias e o tempo necessário para uma reorganização do pensamento, assim como vimos muito marcado nas publicações dos usuários no Facebook dos jornais, um discurso de esquerda vem predominando. Porém esse movimento de contraposição de ideologias e hegemônias exige cuidado para que a negação de um em detrimento do outro leve a um processo de apagamento e esquecimento da memória.

Nessa perspectiva, há um processo de afirmação de uma memória vencedora parcial que não dá conta da experiência histórica daqueles anos, pois, segundo essa perspectiva todos os atores envolvidos querem esquecer algo (...) essa revisão historiográfica é arguta no apontamento das dinâmicas contraditórias de uma memória descontínua e plena de armadilhas ideológicas, mesmo quando se afirma progressista e

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/09/lembra-do-orkut-prazo-para-salvar-dados-do-perfil-termina-nesta-sexta.html>, acessado pela última vez em 28 de novembro de 2016.

democrática, há o risco de dar ênfase ao regime do esquecimento. (...) As esquerdas – derrotadas politicamente em 1964, em 1968 (com derrota dos movimentos de massas) e em 1973 (com o colapso da luta armada) – parecem vitoriosas no campo da memória, pois, à primeira vista, a memória hegemônica sobre o regime tem um tom progressista e até elogioso à resistência. (NAPOLITANO, In QUADRAR & ROLLEMBERG, 2015, p.102-103)

Esse confronto entre discursos e a busca por uma definição do vitorioso está presente até hoje na memória dos acontecimentos da Ditadura Militar, porém o local de disputa da memória aqui destacados leva em conta a potência e a abrangência da mídia e não apenas a ideologia e hegemonia por trás de discursos que sofrem com um esvaziamento nos últimos tempos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa desempenhou e continua a desempenhar papel importante no processo de memória. Como vimos, a migração de uma memória antes guardada com a imprensa vem sendo compartilhada e dividida com aqueles que encontram no meio digital uma forma de rediscutir memórias e construir novas lembranças. Desde o século XX, o mundo vive uma emergência da memória que chama atenção. Foram muitos os museus abertos, acervos criados e biografias lançadas que comprovam a tese de um destaque da memória nos tempos atuais. A imprensa, desde o século passada ganhou importância e desenvolveu técnicas pertinentes ao seu papel de lugar de memória conquistado ao longo do tempo. Cabe aos meios de comunicação mediar e administrar os momentos mnemônicos, embora com o advento da internet se mostre cada vez mais difícil esse processo de mediação. A mercantilização da memória demonstra que a mesma é mercadoria em mãos capitalistas. Não seria diferente com os jornais impressos.

Os acervos de armazenamento de memória se tornaram itens de lixo a partir do momento que os meios de comunicação só disponibilizam acesso ao mesmo com o pagamento de uma assinatura ou plano de adesão. Reflexo de uma crise passada pelo jornalismo, que atira para todos os lados em busca de receitas e faturamento.

A memória ganhou importância e é disputada nas redes sociais, principalmente quando eventos traumáticos ocorrem e com grande poder de mobilização estão envolvidos em processos de esquecimento, silenciamento e apagamento da memória. Os editoriais de O Globo e Folha de S. Paulo demonstram tentativas empreendidas pelos editores em recontar marcas do passado que ainda se fazem presente na contemporaneidade.

As vésperas do cinquentenário do Golpe de 64, as organizações por detrás dos impressos foram pressionadas pelo grande público a se posicionar sobre as escolhas editoriais feitas a época e que ainda persistiam ou persistem nas identidades dos impressos.

Os impressos pesquisados compreenderam esforços nítidos de justificar e dar uma resposta ao seu público sobre as escolhas do passado. Se um jornalista vive de sua credibilidade, os movimentos que ocuparam as ruas no Brasil colocavam em cheque o maior bem dos jornais. Aos publicar um reconhecimento do erro, parte dos críticos é silenciada, porém em um movimento de contestação ainda maior, a discussão da memória destes veículos é levada para as redes sociais.

O mundo digital, instantâneo e com fluxo de informação cada vez maior reconfigura os significados pretendidos pelos jornais quando do momento das celebrações

pelo cinquentenário do Golpe. O debate e a discussão do tema em um ambiente ainda novo e com diferentes possibilidades indica que existe um longo caminho a ser percorrido no processo de conceituação da memória no meio digital.

Os jornais que no início da Ditadura referendavam o governo militar e fizeram uso de suas interlocuções junto aos presidentes militares foram apoiados nos planos de modernização da comunicação brasileira. Com a extensão de impedimentos e obstáculos colocados pelos militares para o exercício do jornalismo, já no final da década de 1970 os impressos foram vozes importantes no processo de redemocratização. No entanto, Folha e Globo só conseguem reconhecimento destes feitos agora e ainda assim são cobrados pelo apoio dos anos passados.

Foi preciso esperar por cinquenta anos para que os mesmos tivessem coragem e capacidade de reconhecer seus erros. E mesmo assim, a volta atrás não aconteceu de maneira a reconhecer simplesmente os erros próprios, mas também apontar o dedo para os demais veículos que também apoiaram os militares. Tanto O Globo como Folha justificam em determinados momentos que não podem ser responsabilizadas sozinhas pelo erro, visto que grande parte da imprensa concorrente também apoiou a deposição de Jango do poder. A demora demasiada no reconhecimento foi pontuada por internautas nas redes sociais e foi comentada em tempo real minutos depois da publicação de postagens em alusão ao fato. As reações, em parte, foram muito negativas. As dificuldades junto ao público de aceitação das tentativas de Folha e O Globo de reconstituírem parte de sua memória é reflexo de uma sociedade que não aceita mais de maneira passiva as mudanças e reconfigurações da memória. Esse processo, caso ocorra, precisa estar explicado e destacado para aqueles que acompanham os jornais nas redes sociais.

Ao apontar que os editoriais foram usados para enganar seus leitores ou justificar posições atualmente defendidas coloca em xeque o trabalho desenvolvido pelos impressos e mais ainda das empresas jornalísticas por detrás de ambos os jornais.

É inegável que as redes sociais, em especial o Facebook, alteraram o fluxo de informações. Mas não só ela. O próprio advento da internet acelerou o tempo e mudou as rotinas de significados da memória. Não existe mais o tempo antes disponibilizado para entender, compreender, analisar e se desculpar dos erros cometidos na avaliação de momentos mnemônicos. A rede social e o seu público se colocam como curadores da memória, em que lembranças esquecidas e apagadas precisam ser justificadas, criando assim um banco ainda maior de memórias.

A constituição da rede social como um perfil que acumula memórias é sintomático de uma contemporaneidade que vive um *boom* de memória, uma efervescência de lembranças que se atualiza a todo o momento na rede conectada com o mundo inteiro. Porém, a falta de perspectivas para a manutenção desta memória construída online ainda é um desafio para aqueles que virão a trabalhar com o tema. Ainda hoje, toda mudança de servidor feito por empresas jornalísticas leva ao desaparecimento de matérias e reportagens que no passado estavam disponíveis. A maneira de se armazenar e ressignificar uma memória que parece instantânea demonstra o desafio imenso que se terá pela frente.

Embora os editoriais publicados fossem bastante explícitos em colocar seus motivos para reconhecer os erros do passado, nas redes sociais foi apontado que se tratava de uma tentativa de apagar memórias desfavoráveis aos grandes grupos. Com isso, podemos evidenciar que existiram dois movimentos distintos. Em um primeiro momento a ressignificação da memória carregada pelos grandes grupos de comunicação e a comunicação destas mudanças verificadas e atualizada para o público. Já, em um segundo momento, se configura uma reatualização da memória a partir do momento que é gerada uma discussão e um debate entre os presentes nas redes sociais sobre os reais significados das mudanças empenhadas pelas empresas jornalísticas.

A internet e mais ainda as redes sociais, permitiram ao público um monitoramento maior dos veículos de imprensa, o que acaba por contribuir para estes processos de ressignificação da memória.

As redes sociais como estão colocadas se tornaram um lugar de memória, tão importante quanto os jornais também desempenham papéis de memória aqui já estudados.

## 6. Referências bibliográficas

- BARBOSA, Marialva. *História cultura da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007
- DA SILVA, Ana Lúcia Migowski. *Memórias coletivas na comunicação mediada por computador: abordagens possíveis*. In: PRIMO, Alex (org.). *Interações em Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- DALMASO, Silvana. *A construção da memória nos sites e redes sociais: percepções sobre experiências no Facebook*. In: Alcar 2015 – 10º Encontro Nacional de História e Mídia, 10, 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Alcar, 2015.
- DIAS, André Bonsanto. *O Presente da Memória: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- FOLHA DE S. PAULO. 1964. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A2, 30 de março de 2014.
- FOLHA DE S. PAULO. Convicção na democracia é recorde. Folha de S. Paulo, São Paulo, p A4, 30 de março de 2014.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUYSSSEN, Andreass. *Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público*. In: BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sonia Virgínia (orgs.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005. Págs. 22 – 36
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LAGE, Nilson. O objeto jornal. In *Ideologia e Técnica da Notícia*. Florianópolis: Insular, 2001. Págs. 06-23.
- LE GOFF, Jacques. *Memória*. In *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Págs.423-483.
- LOPES, Fernanda Lima. *Identidade jornalística e memória*. In RIBEIRO, Ana Paula Goulart & FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). *Mídia e memória: A produção de sentimentos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Págs. 137-154
- MACHADO DA SILVA, JUREMIR. *1964: Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulinas, 2014.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *A análise pragmática da narrativa jornalística*. In Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, 2005. Rio de Janeiro, Anais... São Paulo: Intercom, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. *Os historiadores na batalha da memória: resistências e transições democráticas no Brasil*. In QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das Ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Págs. 96-106
- O GLOBO. Apoio editorial ao Golpe de 64 foi um erro. O Globo, Rio de Janeiro, p 15, 01 de setembro de 2013.
- RENDEIRO, Marcia Elisa. *Orkut e Facebook: as teias da memória em meio às redes sociais*. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo. v. 47, n3, p.256-262, set/dez 2011.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A mídia e o lugar da história*. In: HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *Mídia, Memória e Celebidades: Estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005. Págs. 105-129



RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Os anos 1960-70 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro*. In SACRAMENTO, Igor & MATHEUS, Leticia Cantarela (orgs.). *História da Comunicação: experiência e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. Págs. 163-195

RIBEIRO, Ana Paula Goulart & BRASILIENSE, Danielle Ramos. *Memória e narrativa jornalística*. In RIBEIRO, Ana Paula Goulart & FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). *Mídia e memória: A produção de sentimentos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Págs. 219-235.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. In *Teorias do Jornalismo – Volume I*. Florianópolis: Isular, 2012. Págs. 147-206.

ZELIZER, Barbie. *O canibalismo da memória no fluxo global de notícias*. In SACRAMENTO, Igor & MATHEUS, Leticia Cantarela (orgs.). *História da Comunicação: experiência e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. Págs. 85-95